CARNE: UM MERCADO EM CRISE?

ENQUANTO O CONSUMO DE PROTEÍNAS DE ORIGEM ANIMAL NO BRASIL É DE 22,4 GRAMAS/HABITANTE/DIA, NOS ESTADOS UNIDOS ALCANÇA 69,8 GRAMAS. ALÉM DE CONSTATAR ESTA DEFICIÊNCIA, O ARTIGO ANALISA O MERCADO DE CARNES E O BAIXO DESEMPENHO TECNOLÓGICO DO REBANHO BOVINO. MOSTRA TAMBÉM QUE A SUBSTITUIÇÃO DE CARNE DE BOI PELA DE FRANGO, CUJA PRODUÇÃO VEM CRESCENDO A TAXAS DE 20% AO ANO, TEM LIMITES NA RÍGIDA ESTRUTURA DE CUSTOS DA AVICULTURA E NO BAIXO PODER AQUISITIVO DA POPULAÇÃO. ASSIM, PODEM OCORREM PROBLEMAS DE COLOCAÇÃO DA CARNE DE FRANGO NO MERCADO, POIS, EM 1985, MANTENDO-SE O ATUAL RITMO DE CRESCIMENTO, SUA PRODUÇÃO DEVERÁ ALCANÇAR A DE CARNE BOVINA.

A partir de uma série de levantamentos nutricionais, sabe-se hoje que a principal carência alimentar da população brasileira encontra-se na baixa ingestão de proteínas de origem animal. O Quadro 1 registra o consumo de calorias e proteínas, em kg/habitante/ano, para o Brasil, Estados Unidos, Comunidade Econômica Européia, União Soviética e Argentina, levantado pela FAO em 1970. Verifica-se que o consumo brasileiro per capita de proteínas e calorias de origem animal é bem inferior ao de outros países.

O Estudo Nacional da Despesa Familiar (Endef), promovido pela FIBGE em 1974/75, embora refletindo uma certa melhoria em relação à situação de 1970, confirma, em boa medida, os resultados da FAO (ver Quadro 2). Essa carência de proteínas de origem animal tem especial importância do ponto de vista nutricional, já que elas apresentam a vantagem de uma composição mais equilibrada, em termos de amino-ácidos essenciais, além de elevada taxa de conversão alimentar (maior teor de proteínas por quantidade de alimentos). Por isso, os especialistas afirmam que as proteínas animais atendem melhor do que as vegetais às necessidades de manutenção e de crescimento do homem, pelo alto valor biológico e elevado índice de utilização dos amino-ácidos que contêm.

Considerando ainda que os produtos de origem animal compõem um item particularmente oneroso das despesas com alimentação, e como os dados apresentados referem-se à média da população, pode-se concluir que a carência é significativamente maior nas camadas de renda mais baixa da população. Alguns dados levantados pelo Endef comprovam este raciocínio. No Quadro 3, observa-se que para a região metropolitana do Rio de Janeiro, onde o nível de renda per capita é dos mais altos do país, o consumo de proteína animal é bem maior (34,24 gramas/habitante/dia) do que na área rural não metropolitana (18,74 gramas/habitante/dia). Aliás, é importante ressaltar que mesmo o dado relativo à região metropolitana

Agroanalysis, 4(4):3-18, abril 1980

QUADRO 1

Consumo total de calorias e proteínas e consumo de calorias e proteínas de origem animal – 1970
(em gramas/habitante/dia)

Itens	Brasil	EUA	CEE	URSS	Argentina
Calorias	2.613	3.272	3.037	3.209	3.036
Calorias de origem animal	402	1.343	1.017	766	1.037
Proteínas	64,5	96,5	90,0	94,6	98,4
Proteínas de origem animal	22,4	69,8	51,6	41,3	60,0
Proteínas de origem animal/ Total de proteínas (em %)	34,7	72,3	57,3	43,7	61,0

Fonte: FAO.

QUADRO 2

Consumo total de calorias e proteínas e consumo de calorias e proteínas de origem animal – 1974/76
(em gramas/habitante/dia)

Itens	São Paulo	R. Janeiro	Paraná, Sta. Catarina e R.G.do Sul	Distrito Federal
Calorias	2.179	2.133	2.419	1.985
Calorias de origem animal	421	416	596	365
Proteínas	65,8	67,6	72,0	63,7
Proteínas de origem animal	28,7	31,5	28,3	28,9
Proteínas de origem animal/ Total Proteínas (em %)	43,5	46,6	39,4	45,3

Fonte: Endef (FIBGE).

não reflete integralmente a concentração existente no consumo de proteínas. Isto porque as áreas metropolitanas abrigam, também, grandes contingentes de assalariados de baixa renda engajados em atividades que exigem pouca qualificação profissional.

Também podem ser analisados, através do Quadro 3, os desequilíbrios regionais. O consumo de proteína animal no nordeste é bastante inferior (22,60 gramas/habitante/ano), aos das regiões mais ricas do país.

A reduzida ingestão de proteínas de origem animal, resulta, sobretudo, do baixo consumo de leite e carne pela população brasileira. Assim, enquanto, no Brasil, segundo projeções da FAO para 1980, o consumo per capita de leite é de 71 kg/ano, nos Estados Unidos é de 129,5 kg/ano. Com relação a carne, a diferença é ainda mais acentuada: 132 kg/ano para os norte-americanos e apenas 35 kg/ano para os brasileiros. E na Argentina, embora o consumo per capital de leite se aproxime do alcançado no Brasil o consumo de carne é mais de três vezes superior à média brasileira.

Acrescente-se que, além de ser baixo o consumo de leite no país, o produto consumido é de qualidade inferior.

REBANHO BOVINO: UM CRESCIMENTO VEGETATIVO NOS ÚLTIMOS ANOS

É, portanto, partindo deste quadro, onde a deficiência alimentar da população é flagrante, que a análise vai ser centrada na situação do rebanho bovino, responsável pela maior parte da proteína de origem animal consumida no país, pois produz cerca de 50% do consumo total de carnes.

Entretanto, seu crescimento tem apresentado sérios problemas. Comparando-se o aumento do rebanho e o crescimento populacional, observa-se que a relação numérica do rebanho com a população manteve-se praticamente inalterada entre 1940 e 1975, crescendo apenas em 9% nestes 35 anos.

A título ilustrativo, vale a pena observar que a relação rebanho/população de 0,87 no Brasil, em 1975, era, no mesmo ano, superior

QUADRO 3

Consumo total de proteínas e consumo de proteínas de origem animal – 1974/75 (em gramas/habitante/dia)

	Rio de Janeiro			Sul			Nordeste		
	Total	Animal	%	Total	Animal	%	Total	Animal	%
Região	67,60	31,54	46,70	72,04	28,74	39,80	60,98	22,60	36,50
Área Metropolitana	70,01	34,24	48,90	74,25	37,73	50,80	61,46	28,14	45,79
Área urbana não metropolitana	60,50	25,28	41,80	68,30	39,62	44,80	58,19	24,75	42,50
Área rural não metropolitana	57,32	18,74	32,69	74,29	25,72	34,60	67,41	19,62	31,44

a 2 nos países exportadores de carne bovina do Hesmifério Sul. Além disso, o crescimento deste índice nestes 35 anos foi de 15% na Argentina e de 50% na Austrália.

Geralmente, é atribuída à estrutura racial do rebanho brasileiro o baixo desempenho técnico da pecuária bovina no país. Entretanto, os índices zootécnicos são determinados também pela alimentação e pela sanidade do rebanho. No caso do Brasil, seria possível com a estrutura racial disponível, alterando-se apenas os outros dois itens, aumentar significativamente a produção a curto prazo. E esta deveria ser a política adotada de imediato, pois a alteração racial demandaria prazos maiores. Alguns dados podem comprovar que uma melhoria nos itens alimentação e sanidade resultariam em aumento na produção a curto prazo. Comparando-se o rebanho brasileiro com o dos países do Hemisfério Sul, que apresentam condições alimentares semelhantes, ou seja, predomínio de pastagens, pode-se ver o quanto a alimentação é deficiente no país. Enquanto a taxa de desfrute (potencial de abate) do rebanho no Brasil é de 13% a 15%, na Argentina, Nova Zelândia e Austrália ela se situa entre 23% e 24%. Isto porque em geral, ao ser abatido, o gado brasileiro passou por três ou quatro períodos de fome durante a entressafra, consumindo, algumas vezes, parte do peso ganho na safra. É verdade que a alimentação via pastagens é um fator de redução de custos, se comparado à alimentação por rações como ocorre no Hemisfério Norte. Entretanto, quando as pastagens, no inverno, diminuem sua capacidade para alimentar, é preciso garantir ao animal um complemento, o que no Brasil é feito de maneira insignificante.

O panorama da alimentação na entressafra não é dos melhores nem nos estados com maior desenvolvimento técnico, como São Paulo. Em 1973, segundo pesquisa direta da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, a existência de silos para forragem, um dos métodos mais econômicos em termos de alimentação, ocorria em apenas 4,35% das propriedades na região de Presidente Prudente, típica de pecuária de corte. Na região de Ribeirão Preto, onde predomina a pecuária leiteira, a ocorrência se dava em apenas 19,5% das propriedades. Ressalte-se que, dentro da pecuária, a atividade leiteira é que mais utiliza a alimentação complementar na seca.

COMBATE REALIZADO CONTRA A FEBRE AFTOSA FOI POUCO EFICAZ

A sanidade do rebanho não se acha melhor amparada. Duas enfermidades — a brucelose e a febre aftosa — afetam de forma marcante o rebanho. Acredita-se que a brucelose tenha incidência em 10% a 15% do rebanho e seu efeito abortivo interfere seriamente na taxa de natalidade.

A febre aftosa, inclusive, já mereceu um plano a nível nacional. Um plano, aliás, que foi conseqüência basicamente das pressões exercidas pelos mercados externos compradores de carne, que impõem restrições aos Brasil em função desta enfermidade. Entretanto, os resultados deste plano foram pouco satisfatórios: o país não foi coberto em toda sua extensão, ocorreram restrições de verbas, e as vacinas deixaram a desejar quanto a sua qualidade e eficiência. Segundo os produtores, com a introdução do plano, em 1974, houve um grande aumento na demanda por vacinas e, para responder à procura, os laboratórios passaram a diluir o vírus da vacina em concentrações que comprometeram sua eficiência.

Os dados referentes à produção de vacinas no país, fornecidos pelo Centro Panamericano de Combate a Febre Aftosa, comprovam o impulso repentino dado pelo plano. Entre 1973 e 1974, ou seja, em apenas um ano, a produção de vacinas cresceu em 87,9%. Os produtores reclamam ainda que os laboratórios não estão acompanhando o aparecimento de novas mutações do vírus da doença, as quais, em geral, não são levadas em consideração na elaboração das vacinas.

Depois deste rápido crescimento na produção e uso de vacinas, que não foi acompanhado de maior eficácia no combate à doença, a tendência foi de estabilidade e, nos últimos anos, de queda na produção. Segundo o Sindicato das

Indústrias de Defensivos Animais, a produção de vacinas caiu de 1977 para 1978 em 2,5% e, no primeiro semestre do ano passado, a produção foi inferior, em 66,2%, à do mesmo período de 1978, apresentando uma diferença de 47 milhões de doses.

Os resultados finais do plano podem ser avaliados pelo índice de morbilidade (animais afetados pela aftosa) por 10.000 cabeças no Estado de São Paulo que subiu de 47,29 em 1975 para 131,28 em 1977, caindo para 90,25 em 1978, segundo dados fornecidos pela Cati-Secretaria de Agricultura.

A alimentação e a sanidade precárias são, pois, os principais responsáveis pelos baixos índices zootécnicos do rebanho brasileiro. Assim, observa-se que a taxa de natalidade é inferior a 60% e a mortalidade de animais até 1 ano está entre 7% e 8%. Enquanto isso, os índices fixados para os Sistemas de Produção de Gado de Corte da Embrapa-Embrater, recomendados para os projetos a serem financiados junto à rede bancária, são: 70% a 80% para natalidade; de 5% para mortalidade de crias até 1 ano. Para carga bovina (cabeças/ha), o índice recomendado é superior a 1, chegando a mais de 2, no caso de pastagens melhoradas.

Além dos índices reais serem baixos, observa-se também que a melhoria ocorrida nas últimas décadas foi praticamente insignificante. Tal fato pode ser analisado através do Quadro 4, que apresenta a evolução de alguns índices selecionados para o estado de Minas Gerais. Como o rebanho mineiro reflete, em boa medida, as condições médias do rebanho brasileiro, é possível obter, através do Quadro, uma indicação da tendência nacional.

Nota-se que para a carga bovina (cujo índice efetivo é bastante inferior ao recomendado pelo Sistema Embrapa-Embrater), o desenvolvimento no período mais recente (1960/76) foi menor que entre 1950/60. Enquanto na década de 50, o índice cresceu em 22,12%, no período mais recente, o crescimento foi de apenas 11,09%, embora correspondendo a um espaço de tempo maior. E mesmo assim, este pequeno incremento teria ocorrido basicamente

QUADRO 4

Minas Gerais – Índices Zootécnicos para a pecuária bovina

	50	60	76
1 – carga bovina (cab./ha)	0,443	0,541	0,601
2 – % de bezerros até 1 ano/rebanho	20,8	19,5	22,1
3 – % de bovinos + 1 ano vitimados/rebanho	5,0	4,7	2,9
4 – peso de carcaça (em kg)	171,7	189,3	208,3

Fonte: CEPA-MG, "Subsídios Para a Programação do Desenvolvimento da Pecuária Bovina Mineira – 1977".

em função do aumento da área de pastagens plantadas, aparentemente com pequeno progresso nas técnicas de manejo.

Quanto aos itens 2 e 3 — presença de crias até 1 ano no rebanho e mortalidade de animais adultos — a pequena melhoria ocorrida deve ser reflexo do desenvolvimento da infraestrutura e de serviços, que propiciou condições de melhor manejo e uso de insumos a uma parte dos criadores. Já o item 4 — referente ao peso da carcaça — que manteve o mesmo crescimento (em torno de 10%) nos dois períodos, estava, em 1976, bastante abaixo do índice mínimo recomendado pelo Sistema Embrapa-Embrater (225 kg).

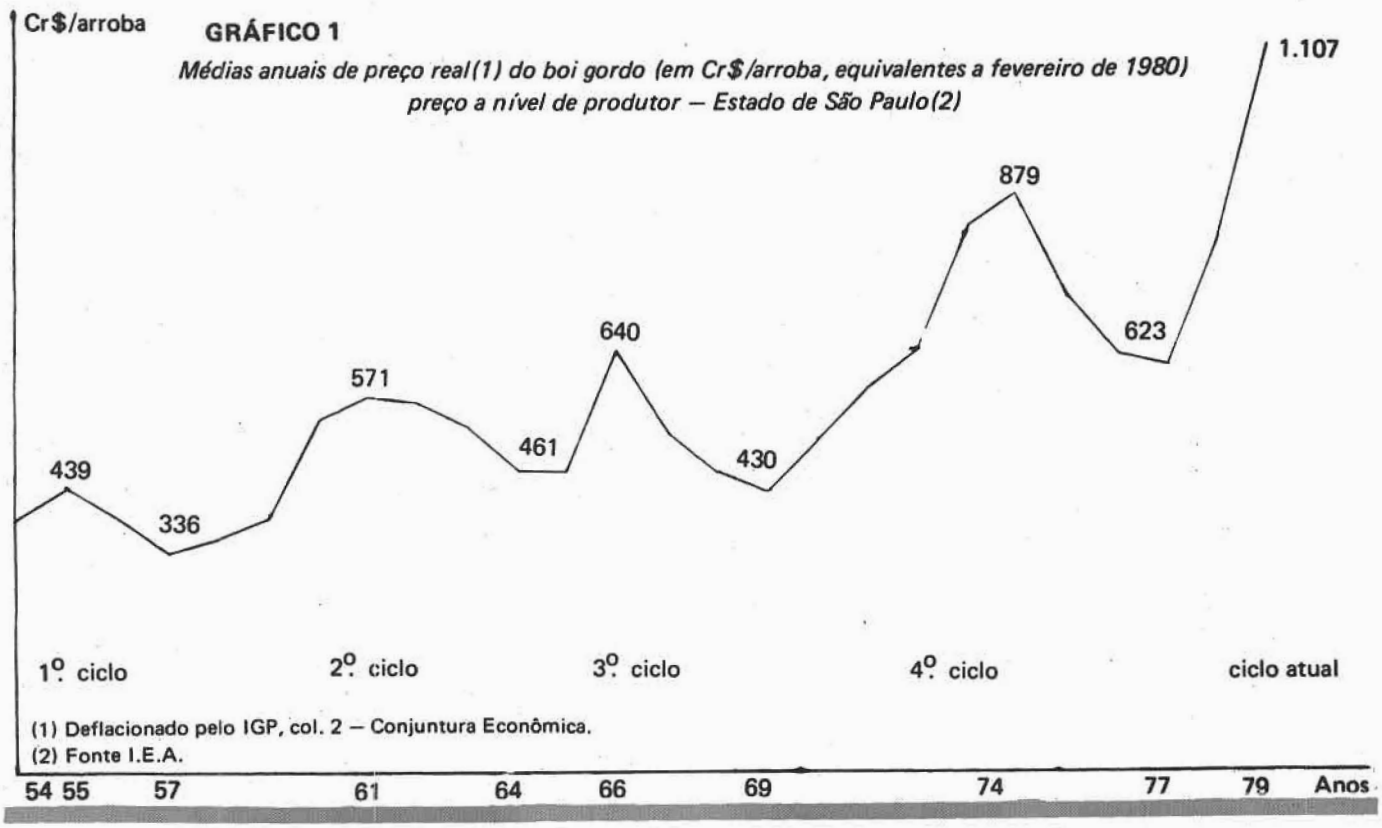
O importante, entretanto, diante deste panorama, é a compreensão de que os índices alcançados em 1976 ainda não são satisfatórios. Como também o fato de que a melhoria ocorrida, em função apenas do esforço isolado da pecuária e de algumas instituições, chegou a um ponto em que novos incrementos do rebanho somente serão possíveis graças a uma iniciativa mais ampla, partindo de programas institucionais.

O CICLO DA PECUÁRIA TAMBÉM COMPROMETE O CRESCIMENTO DO REBANHO

Não só os baixos índices zootécnicos comprometem o desenvolvimento do rebanho bovino. Ciclicamente ocorrem retrações em seu crescimento em função do próprio mercado. O mecanismo é simples. Quando os preços da carne começam a cair, diante de uma expectativa futura negativa, os pecuaristas tendem a abater também as fêmeas a uma taxa superior à de reposição. Assim, nos anos de 1976, 1977 e 1978, o abate de matrizes no Brasil, sob inspeção federal, alcançou percentuais de 28%, 21% e 25% respectivamente, quando a taxa normal seria próxima de 20%. Com a redução da oferta de bezerros, os preços da categoria se elevam, puxando as cotações das categorias mais velhas, repercutindo, finalmente, sobre o preço da carne (ver explicação mais detalhada sobre o ciclo da pecuária na página 9).

GRÁFICO 1

Médias anuais de preço real(1) do boi gordo (em Cr$/arroba, equivalentes a fevereiro de 1980) preço a nível de produtor — Estado de São Paulo(2)



(1) Deflacionado pelo IGP, col. 2 — Conjuntura Econômica.
(2) Fonte I.E.A.

É preciso ressaltar, entretanto, que os preços da arroba, no atual ciclo, vêm alcançando níveis jamais encontrados em fases análogas de ciclos anteriores. Um índice importante — o poder de compra da carne do salário mínimo — mostra como os preços de 1979 se distanciaram dos demais picos de preços anteriores. Assim, enquanto em 1974 (ano em que houve um pi-

O CICLO PECUÁRIO

Uma das características mais marcantes da produção animal é o ciclo pecuário. Pela forma peculiar que assume no Brasil, o movimento dos preços no mercado de bovinos representa, na fase de declínio das cotações, um longo período de prejuízos para os pecuaristas. Na subseqüente fase de recuperação dos preços, os consumidores é que passam a conviver com um doloroso período de ajustamento à nova realidade do mercado. O gráfico 1 mostra a movimento dos preços médios anuais do boi gordo no estado de São Paulo. De imediato, podem-se constatar diferenças na amplitude vertical (distância entre os limites de alta e de baixa dos preços) e na duração (nº de anos) de cada ciclo.

De um modo geral, a extensão horizontal de um ciclo é condicionada não só por índices zootécnicos e acidentes climáticos, como também por variáveis econômicas. Estas últimas, agindo sobre o mercado de bovinos, provocam diferenças na duração e na amplitude dos ciclos. Do ponto de vista estritamente zootécnico, é de supor que o ciclo pecuário no Brasil tenha uma duração em torno de 7 anos. Este período coincidiria, a grosso modo, com o tempo decorrido entre o nascimento de uma matriz no presente, e o momento em que sua primeira cria estará pronta para o abate, daqui a sete anos.

O interrelacionamento da matriz com suas crias futuras leva o preço das vacas a uma peculiar dependência das expectativas sobre o preço do boi gordo no futuro (quando as crias estiverem prontas para abate). Assim, no início de uma fase descendente do preço do boi gordo, os pecuaristas tendem a projetar essa tendência declinante, formando expectativas pessimistas de preço para o futuro. Neste caso, não há estímulo à criação; conseqüentemente uma maior quantidade de matrizes (inclusive novilhas) é enviada para abate, aumentando ainda mais a oferta de carne, reforçando o declínio dos preços de todo o complexo pecuário. Ora, a queda dos preços parece justamente confirmar as expectativas baixistas: mais vacas e, a essa altura, inclusive categorias jovens são enviadas à matança. Cada matriz fertil e cada bezerro abatidos correspondem a uma subtração da oferta futura de bois gordos. Os preços só voltarão a subir dentro de 2 ou 3 anos, contados a partir do início de sua fase descendente. Isto ocorrerá quando o mercado de carne começar a refletir a falta daqueles bois gordos que foram suprimidos do fluxo de oferta há 2 ou 3 anos, devido ao aumento do abate de matrizes e bezerros.

A extensão horizontal do ciclo pecuário acarreta uma certa propensão ao excessivo endividamento no período de euforia e, subseqüentemente, crises de liquidez provocadas pela queda dos preços. Assim, foi em 1970/73 (período de euforia) quando o governo abriu aos pecuaristas um vasto leque de opções: PROTERRA, PRONAP, CONDEPE, PDPL etc. Através desses programas, o governo visava não apenas a desenvolver o setor, como também evitar a continuidade de grandes aumentos dos preços da carne para os consumidores. Ao mesmo tempo, com vistas ao mercado externo, o governo acudiu o setor frigorífico financiando uma considerável expansão de sua capacidade.

O resultado imediato da política de crédito aos pecuaristas e frigoríficos, acionada no período 1970/73, foi o aumento da liquidez do setor. Entretanto, o estímulo (seja decorrente de uma fartura creditícia ou dos próprios preços de mercado) à extensão do rebanho gera, a curto prazo, maior retenção de matrizes e crias. Tal retenção diminui a oferta de carne e aumenta o preço da carne. E a maior liquidez dos frigoríficos, evidentemente, facilita as práticas especulativas nos períodos de escassez.

No período 1975/77 é que realmente faltou uma política anticíclica. É verdade que os estoques reguladores do governo foram uma medida bem-vinda, por acarretar um efeito positivo sobre a formação dos preços do boi gordo na safra. Mas deve-se lembrar que a formação dos estoques não tem influência perceptível sobre o ciclo pecuário, uma vez que o produto é desovado em seguida à sua estocagem. Na fase de preços declinantes é que são importantes os programas de incentivo à retenção de matrizes e crias. Além disso, devem ganhar destaque os programas que procuram estimular a precocidade dos animais(isto é, reduzir o tempo de cria, recria e engorda).Quanto maior a precocidade, menor será a duração do ciclo pecuário.

QUADRO 5

Relação Salário Mínimo Médio Anual/Preço da Arroba do Boi Gordo ao Produtor

(S. Paulo)

1955	1963	1966	1974	1979
8,67	6,91	5,35	3,66	2,78

1957	1964	1969	1977
12,97	7,97	8,13	5,30

Fonte: Conjuntura Econômica.
IEA – Secretaria de Agricultura – SP.

■ Fase de alta
□ Fase de baixa

co de preço reforçado pela participação brasileira no mercado mundial de carnes), o índice era de 3,66, em 1979, considerando um preço nominal médio da arroba do boi gordo de Cr$ 754,00, tal relação desceria a 2,78 (ver Quadro 5).

Considerando que o ciclo atual não está encerrado, o ano de 1979 pode não ter abrigado o pico de preço. Desse modo, esta relação poderá vir a ter um valor ainda menor se os preços da carne subirem, nos próximos dois anos, acima dos reajustes salariais. Fato, aliás, que poderia ser negativo para a própria pecuária. As classes de maior poder aquisitivo já estão próximas do limite máximo de consumo de carne bovina, e as de menor renda tendem a retrair seu consumo se a alta do preço for superior a seu reajuste salarial. É possível, então, que ocorram problemas de colocação do produto em um país que, paradoxalmente, tem baixos índices de consumo.

O poder de compra deste produto pelas classes de menor poder aquisitivo, inclusive, vem se deteriorando gradativamente. Segundo se observa no Quadro 5, mesmo durante as fases de baixa do ciclo pecuário, a relação salário mínimo/preço da arroba apresenta uma queda. Assim, cai de 12,97 em 1957 (ano de menor preço do boi gordo no ciclo I) para 5,30 em 1977 (último ano da fase de baixa do ciclo mais recente).

Em suma, parece haver uma tendência, ao longo do tempo, de deterioração desta relação, independente das flutuações inerentes ao ciclo pecuário. Uma tendência reforçada pela queda real de poder de compra observada no salário mínimo, no período 1957-77, da ordem de 31%. Mesmo assim, vale destacar, que, mantendo-se o salário mínimo constante entre 1957 e 1977, a relação salário mínimo/preço da arroba do boi cai em 46% neste período. Ou seja, da queda observada no poder de compra da carne de boi pelo salário mínimo (de 59% entre 1957 e 1977), 46% foram devidos ao aumento do preço real da arroba de boi.

É PRECISO UMA REVISÃO NA POLÍTICA CREDITÍCIA

Não somente a melhoria dos índices zootécnicos é fundamental para o crescimento do rebanho brasileiro. É preciso também uma revisão da política creditícia voltada para o setor. Caso contrário, na próxima fase de alta do ciclo, a crise atual será repetida, com contornos ainda mais drásticos. Uma análise da aplicação do crédito à pecuária no último período de liquidação de matrizes (de 1975 a 1977) poderá esclarecer melhor esta questão.

Assim, mesmo em 1976, um dos anos em que a pecuária recebeu maior volume de crédito em valor real, o setor ficou entre os menos beneficiados. Verifica-se que naquele ano a relação volume de crédito/valor da produção foi de 22% para pecuária, colocando o setor próximo aos produtos de abastecimento, pois ficou na faixa de produtos como milho (27%). Enquanto isto, esta mesma relação para os produtos de exportação como soja e café atingiam, respectivamente, 47% e 69%.

No momento, então, da liquidação do rebanho pelo abate de matrizes (1976/77) — fase em que a pecuária mais necessitava de crédito, o setor de cria, que engloba o maior contingente de fêmeas, foi justamente o mais afetado pela retração do crédito ocorrida neste período (ver Quadro 6). A fase de cria deve merecer toda a atenção não apenas quando é necessário evitar o risco de liquidação do rebanho, mas constantemente, pois é com base na criação que devem ser estabelecidos os planos que buscam o desenvolvimento técnico do rebanho. É a fase de cria que dispõe de menor poder de negociação dentro da pecuária, já que os maiores benefícios se dirigem às fases finais, ou seja, à engor-

QUADRO 6

Brasil: Crédito à Pecuária
em milhões de Cr$ de fevereiro de 80(*)

	74	75	76	77	78
Investimento para matrizes reprodutores, cria e recria	12.734.512 (100)	12.254.019 (96)	11.101.277 (87)	6.616.610 (52)	5.703.364 (45)
Investimento para engorda	4.612.501 (100)	6.452.962 (140)	5.053.271 (110)	6.707.344 (145)	7.504.373 (163)
Comercialização de bovinos de corte	16.468.343 (100)	17.045.026 (104)	20.790.865 (126)	17.488.333 (106)	21.768.602 (132)
Crédito Total à Pecuária	108.623.836 (100)	167.492.532 (154)	166.622.745 (153)	114.665.652 (106)	141.554.913 (130)
% de crédito total em relação ao valor da produção	12,6	18,9	22,2	16,9	—

(*) Valores deflacionados com base no IGP (Col.2) de Conjuntura Econômica.
Fonte: Banco Central — Crédito Rural — Dados Estatísticos.

da e à comercialização.

Enquanto isto, a política creditícia voltada para a pecuária tem exercido exatamente o papel inverso: expande-se o crédito quando o preço da carne está alto. Ora, se o preço está alto — como na atual fase — existe um incentivo natural à retenção de matrizes. A época de financiar é justamente quando o preço entra em baixa, e é preciso estimular a retenção de matrizes. A reversão da tendência dos preços está prevista para 1981/82, e nessa ocasião será fundamental uma rearticulação dos créditos voltados para o setor.

AS PERSPECTIVAS SÃO DE MAIOR DÉFICIT CASO NÃO OCORRAM MUDANÇAS

Estudos de projeção da demanda de carne bovina pelo mercado interno elaborados em 1974 pelo antigo Condepe (Conselho de Desenvolvimento da Pecuária) e por duas outras entidades (Cobal e FGV), apesar do desencontro entre os dados, deixaram claro que, caso a oferta continuasse a depender das mesmas condições técnicas do atual rebanho, os déficits de carne bovina ocorreriam a partir da década de 80, atingindo um total de mais de 200 mil toneladas em 1985 (ver Quadro 7). Na verdade, os déficits começaram a ocorrer ainda em 1978.

A curto prazo, eliminar a fome que o bovino passa na entressafra significa melhorar substancialmente a oferta de carne para cobrir tais déficits.

A longo prazo, o crescimento do rebanho a taxas superiores às até aqui verificadas é condição necessária ao ajustamento da pecuária. E para se alcançar tal crescimento é fundamental uma melhoria nos índices zootécnicos. Assim, por exemplo, relacionando os ítens natalidade e mortalidade com a taxa de crescimento do rebanho, teríamos para a efetivação de um crescimento de 6,5% ao ano, a necessidade de uma taxa de mortalidade de 10% ao ano e uma de natalidade de 71%. Com o aumento do rebanho a 6,5% ao ano, e considerando um crescimento populacional de 2,7% ao ano, a relação número de cabeças do rebanho/população alcançaria 1,35 em 1990, ou seja, 55% sobre a de 1975, melhorando substancialmente a oferta de carne.

Também como uma necessidade de médio

QUADRO 7

Brasil. Projeção de Oferta e Demanda de Carne Bovina

1985	FGV	oferta: 3.060 demanda: 3.276 balanço: -216	Cobal	oferta: 3.060 demanda: 3.322 balanço: -262	Condepe	oferta: 3.060 demanda: 3.678 balanço: -618
1990	FGV	oferta: 3.647 demanda: 4.238 balanço: -691	Cobal	oferta: 3.647 demanda: 4.326 balanço: -679	Condepe	oferta: 3.647 demanda: 4.745 balanço: -1.098

Fonte: Condepe — "Anuais do 1º Simpósio Nacional de Pecuária — Belo Horizonte, 1976".

QUADRO 8

Rebanho Bovino Brasileiro, Segundo Projeção da FJP*

70	73	76	77	78	79
78.562	99.355	101.742	102.299	102.082	105.423

* em mil cabeças.
Fontes: Dados de 1970 – Censo IBGE.
Plano Nacional da Pecuária. FJP, 1979

e longo prazo é preciso ressaltar o investimento em pastagem, imprescindível para um rebanho que cresça a taxas superiores às atuais. O cadastro do Incra de 1976 informava a existência de uma área total de 176 milhões de ha de pastagens, representando um acréscimo de 13% sobre a área de 1972. A questão que se coloca é qual a possibilidade de crescimento desta área, diante das restrições que a expansão da pecuária pode vir a sofrer na Amazônia, pela limitação do solo, ou mesmo nos cerrados, em razão dos custos de produção. Além, é claro, da concorrência por terras existentes entre as culturas. Principalmente, com as alternativas energéticas de origem vegetal que levam à corrida por cana de açúcar e mandioca.

A substituição das pastagens naturais por pastagens plantadas ou artificiais, com efeitos benéficos sobre a produtividade, parece ser a melhor solução. A lotação atual das pastagens no país é pouco superior a 0,5 cabeças/ha, o que implicaria uma incorporação substancial de terras caso ocorresse um crescimento mais acelerado do rebanho. A alternativa de pastagens plantadas poderia melhorar substancialmente a carga bovina por hectare. Segundo pesquisa direta do MA-CONDEPE, em 1972, as pastagens plantadas na região sudeste apresentavam um índice de lotação de 2,2 cabeças/ha na época das águas, e de 1,6 cabeças/ha na época seca. No estado de São Paulo, onde cerca de 65% das pastagens são plantadas, a lotação média do estado já é de cerca de 1 cabeça/ha.

Finalmente, observa-se a necessidade de uma política que neutralize os efeitos do ciclo pecuário sobre o crescimento do rebanho. Segundo dados da FIBGE, o rebanho bovino brasileiro cresceu no período 1940/70 a uma taxa média de 3,42% ao ano, chegando a uma população bovina de 78,6 milhões de cabeças em 1970 (dado censitário). A Fundação João Pinheiro, no Plano Nacional da Pecuária, traz uma projeção do rebanho com base no dado de 1970 da FIBGE (ver quadro 8). Nota-se uma taxa de crescimento no período 1970/75 de 5,29% ao ano, e no período 1975/79 uma taxa bem inferior, de 1,52% ao ano, com nítida influência do ciclo pecuário no crescimento do rebanho, pois, como visto anteriormente, a fase de liquidação teve início em 1975. Assim, o incremento do rebanho bovino precisa também da adoção de uma política anti-cíclica que uniformize a taxa de crescimento através dos anos.

EXISTE UM LIMITE PARA A SUBSTITUIÇÃO DA CARNE BOVINA POR OUTROS TIPOS DE CARNE?

A recente fase de liquidação do rebanho nacional, e a conseqüente alta nos preços da carne bovina, levou a um desenvolvimento dos setores de carne ditas alternativas, principalmente suínos e frangos. Assim, ao longo da década passada, assistiu-se a uma profunda alteração do perfil da produção de carnes, com o segmento avícola elevando acentuadamente sua participação no suprimento interno de carnes. Em 1971, a relação de produção carne de frango/carne bovina era de 0,16. Em 1976, essa relação passou a ser de 0,25, para, em 1979, alcançar o expressivo nível de 0,39. Assim, a produção atual de frangos de corte (927 mil t, ano passado) já representa quase 40% da quantidade de carne bovina produzida. Essa significativa alteração do perfil tradicional da produção de carnes foi provocada pelo inusitado crescimento da atividade avícola de corte. No período 1970/79, esse setor expandiu-se a uma taxa de crescimento anual da ordem de 14,2%. A partir do início da fase ascendente do ciclo pecuário atual (1977), o setor avícola, captando os efeitos altistas do mercado bovino, ganhou uma força ainda maior. Nos últimos dois anos, a taxa de crescimento médio da produção foi de 21,2%. Por sua vez, a produção de carne bovina cresceu a uma taxa média de 3,7% ao ano, ao longo dos anos 70.

Caso ambos os setores continuem a se expandir neste ritmo, por volta da metade da década atual a produção de carne avícola estará praticamente nivelada à de carne bovina. Na verdade, a elevada capacidade produtiva que se instalou no Brasil nos últimos anos poderá levar o setor avícola a encontrar problemas de colocação do produto, mantidas as atuais taxas de expansão. Sobretudo, se persisitir a rigidez da atual estrutura de distribuição da renda nacional. A gravidade da situação poderá ganhar relevo com a expectativa de início da fase de recuperação da produção de carne bovina, prevista para 1982. A inevitável queda dos preços da pecuária bovina poderá provocar significativas mudanças nos preços relativos do complexo carne, fazendo com que a população volte a consumir maior quantidade de carne bovina, possivelmente em detrimento do consumo de aves.

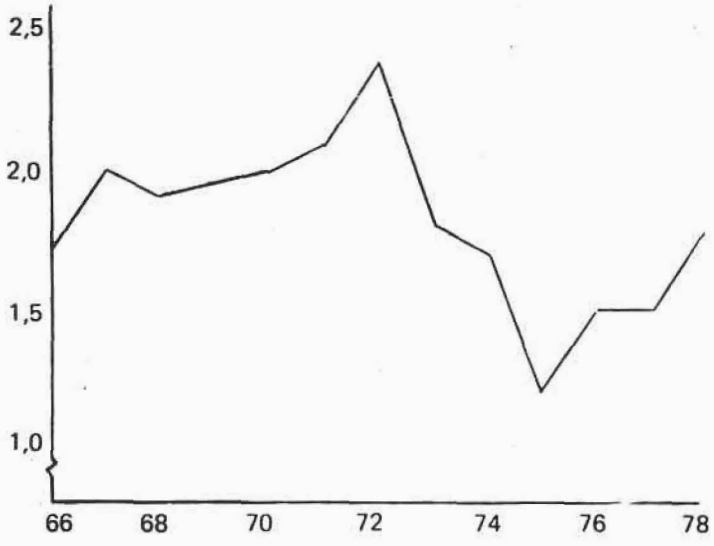
Evidentemente, deve haver um limite para a substituição da carne bovina pela carne de aves. Assim, existiriam algumas variáveis atuando no sentido de regular a relação entre as quantidades produzidas dos dois tipos de carne. Do ponto de vista teórico, tais variáveis tenderiam a promover uma relativa estabilidade dessa relação, a menos que ocorressem mudanças suficientes para detonar alterações a nível da estrutura de produção de ambas as carnes.

As preferências do consumidor, a estrutura dos preços relativos e a disponibilidade de diferentes tipos de carne seriam algumas das variáveis que determinam a opção de comprar um ou outro tipo de carne. As alterações nos preços relativos, por sua vez, estariam na dependência das estruturas de produção e comercialização, onde se destacariam variações nos custos (diretos e indiretos), na tecnologia e na produtividade dos setores etc. Por outro lado, existiriam flutuações decorrentes do movimento do ciclo pecuário, com as fases de expansão e retração do rebanho bovino afetando as cotações de todo o complexo carne.

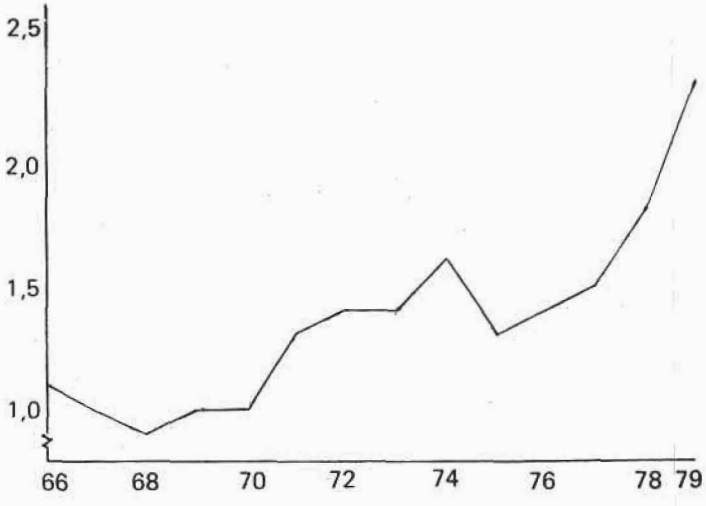
A título comparativo, mostramos no gráfico 2 o movimento da produção e dos preços das carnes bovina e avícola nos EUA e no Brasil. Nos EUA, ao longo da década passada, percebe-se que a relação de produção carne de frango/carne bovina permanece oscilando em torno de 0,49. A oscilação dá-se em função do seguinte: nos anos em que o preço relativo boi gordo/frango, a nível de produtor, mostra-se em fase de aumento, o mercado de carnes passa a sinalizar favoravelmente à produção de animais de ciclo curto, aves, em especial. No período de baixa daquela relação de preços, a conseqüência imediata é o desincentivo à produção de aves comparativamente à produção de carne bovina. Com a acentuada elevação do preço relativo boi gordo/frango no período 1969/72, o gráfico 2 indica que o crescimento da produção de frango de corte, em relação à de carne bovina, perdurou até 1973; a partir daí, com redução do preço relativo, verificou-se uma queda na produção relativa de frangos, que se prolongou

GRÁFICO 2

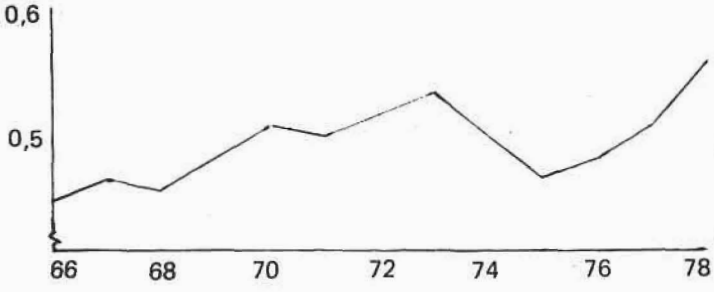
EUA: Preços relativos boi/frango, a nível de produtor 1966-78



São Paulo: Preços relativos boi/frango, a nível de produtor 1966-79

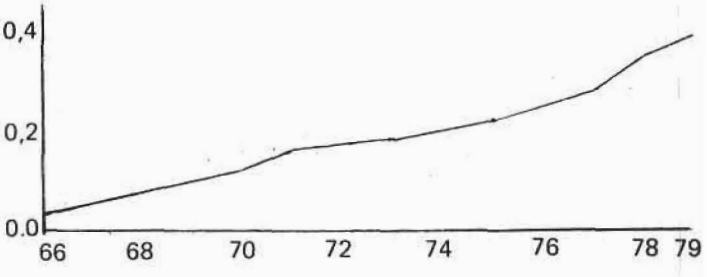


EUA: Relação de produção carne de frango/carne bovina 1966-78



Fonte: Commodity Yearbook.

Brasil: Relação de produção carne de frango/carne bovina 1966-79



Fonte: Instituto de Economia Agrícola, Ministério da Agricultura e União Brasileira de Avicultura.

até 1975, para voltar a crescer a partir de então. Ademais, o movimento de preços e da produção relativa de frangos mantém um estreito vínculo com o ciclo pecuário bovino norte-americano.

No Brasil, percebe-se que a relação de produção carne de frango/carne bovina, a partir de 1965, apresenta uma acentuada tendência altista, sem manter uma forte correlação com as fases de expansão e retração do ciclo pecuário. Entre 1974 e 1977, período de baixa dos preços no mercado de bovinos (com o crescimento dos abates e da produção de carne), não se verificou a esperada queda relativa da produção de frangos de corte em comparação ao volume

QUADRO 9

Quantidade de Carne (kg) Adquirida no Varejo pelo Salário Mínimo Médio Mensal (*)
(1971-79 – São Paulo)

Ano	Carne Bovina	Carne Avícola	Carne Suína
1971	46,1	69,3	42,6
1972	46,4	55,8	38,0
1973	36,3	47,9	30,9
1974	35,6	46,7	25,7
1975	38,6	56,7	31,2
1976	44,6	57,0	35,5
1977	47,0	62,5	31,6
1978	37,0	57,2	33,7
1979	28,7	50,5	28,6

* incluindo o 13º salário.
Fonte: Instituto de Economia Agrícola
Fundação Getúlio Vargas.

52223-5

produzido de carne bovina. Na verdade, a avicultura continuou a registrar uma forte expansão, talvez pelo fato de que, a longo prazo, o preço relativo boi gordo/frango vivo revela uma nítida trajetória ascendente, desde 1965, conforme evidencia o gráfico 2. A questão a saber (e que mereceria a atenção de estudos posteriores) é se no Brasil existiria um ponto de equilíbrio entre a produção de carne avícola e a de carne bovina, como parece existir no caso norte-americano.

Assim, nos próximos anos, pode-se esperar um acirramento da disputa pelo mercado de carne entre os diversos setores envolvidos. À flexibilidade da oferta de frangos de corte (devido ao seu curto ciclo produtivo) contrapõe-se a rigidez do sistema de produção de bovinos, de caráter primordialmente extensivo. O setor suinícola encontrará problemas adicionais, não somente pelos elevados preços de comercialização a nível de varejo, como também pela baixa performance do rebanho na maior parte dos criatórios nacionais.

Ao Brasil, país em que significativa parcela da população subsiste com os mais deficientes níveis de alimentação, não é desejável que os produtores sejam obrigados a reduzir a produção, deixando ociosa parte da infraestrutura montada nos últimos anos, nos setores avícola e suinícola, a custo de pesados investimentos. Assim, a estratégia oficial deverá vislumbrar com clareza os contornos de uma eventual crise que se avizinha, e traçar, a partir desse quadro, as diretrizes mais adequadas. Num primeiro plano, ganha importância o fortalecimento do padrão de renda da população, com a melhoria do poder de compra dos salários traduzindo-se em crescimento da demanda por alimentos. O Quadro 9 mostra, a partir de 1971, a quantidade de diferentes tipos de carne que podia ser adquirida com o salário-mínimo médio de cada ano. Nesse sentido, pode-se notar a gradativa erosão experimentada pelo poder de compra dos salários, no período considerado. A conseqüência natural desse processo é a redução do consumo, com a população vendo-se na contigência de buscar fontes alternativas de suprimento proteínico. Ou, em última instância, sendo forçada a reduzir o seu padrão alimentar, pois tais fontes alternativas são realmente escassas.

DIFICULDADES PARA A COLOCAÇÃO DE CARNE NO MERCADO EXTERNO

Uma estratégia adicional seria o país buscar uma maior participação no mercado internacional de carnes, ampliando as exportações do produto. Assim, torna-se essencial uma análise da tendência de comportamento desse mercado para os próximos anos. Coincidentemente, a maioria dos grandes rebanhos mundiais, à exceção da Comunidade Econômica Européia e dos países do bloco socialista, se encontram em fase cíclica de redução na oferta de bovinos para abate. Dessa forma, os preços internacionais da carne bovina encontram-se em fase altista nos últimos anos. A despeito das características próprias do ciclo em cada um dos países produtores, prevê-se, à semelhança da situação brasileira, uma reversão na tendência de queda da oferta a nível mundial, com a produção dos grandes países produtores voltando à "normalidade" a partir de 1982. Vê-se, assim, que a recuperação da produção brasileira, praticamente coincidirá com o incremento da produção mundial, ampliando as dificuldades a serem enfrentadas pelo país para a colocação de um eventual excedente no mercado externo.

Abstraindo-se as grandes mudanças no panorama internacional, a FAO projetou, para 1985, uma produção mundial dos quatro tipos principais de carnes (bovina, ovina, suína e de aves) da ordem de 144 milhões de t. Ainda segundo a FAO, o comércio internacional de carnes deverá registrar modificações advindas daquelas observadas no setor produtivo. Com efeito, a possibilidade de a produção de carne nos países desenvolvidos vir a igualar a demanda deverá provocar um relativo esfriamento das necessidades mundiais de importação do produto. Para 1985, estimam-se tais necessidades em 8,7 milhões de t, que poderão ser amplamente atendidas, à época, por uma disponibilidade mundial do produto para exportação da ordem de 10 milhões de t (aproximadamente 7% da produção mundial de carnes). O incremento

da participação dos países subdesenvolvidos no comércio de carnes (como exportadores) estaria na dependência da eliminação de políticas restritivas de importação por parte dos maiores consumidores de carne do Hemisfério Norte.

Face ao panorama traçado, em que se evidenciam dificuldades de colocação da produção, são analisadas, a seguir, algumas medidas capazes de contribuir para o ajustamento de cada segmento pecuário à situação futura do mercado de carnes. Para a pecuária bovina, torna-se crucial a implementação de programas de médio e longo prazos, no sentido de diminuir as amplitudes horizontal e vertical do ciclo pecuário. Conforme revelado anteriormente, é preciso delimitar a melhor época para o estabelecimento de um programa nacional de retenção de matrizes e crias. Por outro lado, é necessário estimular a precocidade dos animais, dotando os produtores de créditos oportunos e adequados para a melhoria da alimentação de entressafra (através de silagem, fenação etc.). Além disso, devem-se buscar melhorias na sanidade do rebanho, bem como incentivar a gradativa evolução do padrão genético dos zebuinos.

Por sua vez, os produtores de pequenos e médios animais deverão, cada vez mais, envidar esforços para a gradativa redução dos custos operacionais de produção, no sentido de tornar os seus produtos mais acessíveis a uma parcela maior dos consumidores. Para a realização desses objetivos os produtores terão que contar com o apoio financeiro e planejamento blobal do governo para o setor. Face ao grande impacto das despesas com o arraçoamento animal sobre a estrutura de custos, será preciso minimizar certos problemas que dificultam o adequado e oportuno acesso dos produtores de aves e suínos aos estoques de milho, farelos e rações. Dentre outras medidas, deve-se levar em consideração o planejamento de uma política de estoques reguladores de milho e rações, que garanta uma estabilização da renda dos produtores agrícolas em níveis remuneradores e, simultaneamente, atenda às crescentes necessidades daqueles produtos nas atividades criatórias do país. Dessa forma, os apreciáveis volumes da safra 1979/80 de soja e de milho devem ser o ponto de partida para o início de um programa duradouro de estocagem de grãos.

No curto prazo, o referido programa de estocagem deveria não apenas prever maiores investimentos governamentais em serviços de armazenagem e de transporte, como também facilitar tais investimentos pelos criadores, a nível de propriedade rural, ou através de associações de produtores e cooperativas. Um outro aspecto que pode sofrer alterações visando à redução dos custos seria promover melhorias no padrão genético dos animais. No caso da avicultura, os ganhos não seriam elevados, pois tal segmento pecuário já desfruta, no Brasil, de resultados, em termos de índices de desempenho zootécnico, semelhantes aos países líderes em termos de tecnologia e manejo avícolas. Na atividade suinícola, por sua vez, existe a possibilidade de ganhos apreciáveis na performance do rebanho não apenas pela maior disseminação de cuidados sanitários, mas, também, de alimentação e de manejo. Para que se tenha idéia desse potencial, basta lembrar que em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul (estados onde a suinocultura é mais desenvolvida) cerca de 60% e 30%, respectivamente, das explorações apresentam nível tecnológico apenas médio*.

* Para Santa Catarina, o dado provêm do estudo "Características da Produção de Suínos no Estado de Santa Catarina", realizado pela EMBRAPA. Para o Rio Grande do Sul, a informação é da ABCS – Associação Brasileira de Criadores de Suínos.